



## **EXAME PRELIMINAR**

**Projeto de Lei nº 136/2022**

**Mensagem nº 110/2022**

**Autoria: Prefeito Municipal**

**Ementa: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2022, no valor de R\$ 241.906,25 (duzentos e quarenta e um mil novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos) e dá outras providências.**

### **DA SÍNTESE DO PROJETO APRESENTADO**

O Projeto de Lei Ordinária acima especificado, apresentado na data de 08 de setembro de 2022, pretende ter autorizada a abertura de crédito especial no orçamento geral do Município de 2022.

Segundo a Mensagem 110/2022, anexa ao Projeto, a abertura de crédito no valor de R\$ 241.906,25 (duzentos e quarenta e um mil novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos), se destina ao custeio das despesas de serviços ambulatoriais contratados pelo Município.

Requer, por fim, a aprovação do Projeto de Lei no prazo de 60 dias.

### **I. DA COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR**

A iniciativa das leis referentes aos créditos adicionais é privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal. Cite-se os artigos 165, §8º; art. 166, caput e §8º; §2º e 3º, II, III, V, VII do art. 167, todos da Constituição Federal de 1988.

No que concerne à competência da Câmara Municipal para autorizar os créditos especiais, a mesma também encontra guarida nos dispositivos acima mencionados.

### **II. DAS EXIGÊNCIAS DA LEI Nº 5.787, DE 02 DE JULHO DE 2021**

A Lei Nº 5.787 de 2021, estabeleceu normas e diretrizes para o encaminhamento de proposições legislativas de autoria do Prefeito, para posterior análise da Câmara de Vereadores.

O Projeto de Lei em exame possui Mensagem com a respectiva exposição de motivos, tendo sido protocolado junto ao SAPL.





Restou atendido o disposto no art. 3º da norma primária, uma vez que está assinado pelo Prefeito Municipal (inciso III, art. 3º), assim como o inciso I, art. 3º, na medida em que apresentou o problema a ser resolvido pela Lei, encaminhou justificativa para a edição do ato normativo e identificou os atingidos. Ressalte-se que, neste ponto, não se faz qualquer análise do mérito da proposição.

Naquilo que concerne ao inciso II, do art. 3º e ao artigo 5º e à questão orçamentária, o Projeto passará por análise técnica contábil.

Quanto ao art. 4º da Lei Ordinária, foram enviados documentos conjuntamente à exposição de motivos.

Consigne-se que a Comissão de Orçamento e Finanças desta Casa de Leis, para embasar e dar segurança a seu parecer técnico, poderá requerer todos os documentos que julgar necessários.

### **III. DA TÉCNICA LEGISLATIVA E DA REDAÇÃO DO PROJETO**

O Projeto de Lei em exame objetiva a autorização para abertura de créditos especiais.

Sem realizar análise de mérito em sede de exame preliminar, infere-se que o Projeto expõe com clareza, precisão e lógica as soluções apresentadas. Reitere-se, a síntese do Projeto apresentada no início do presente Exame Preliminar.

A epígrafe está negritada e sem a data completa, o que pode ser alterado quando da redação final da norma.

Foi observada a exigência da inclusão da cláusula de vigência, a qual está presente no art. 4º do Projeto.

### **IV. DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

Os créditos adicionais são conceituados no art. 40, da Lei Nº 4.320 de 1964. A classificação dos mesmos foi dada pelo art. 41 da norma, a qual definiu os créditos especiais em seu inciso II, como sendo “os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica”.

Sem adentrar ao mérito do Projeto, a nomenclatura do mesmo como crédito especial se mostra adequada à lei, salvo melhor entendimento da análise técnica contábil.

### **V. DO REGIMENTO INTERNO E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**

Opina-se pelo prosseguimento do trâmite do Projeto em exame, sendo o mesmo submetido à análise técnica da seguinte comissão, que entendendo necessário, poderá esmiuçar os pontos acima apontados:





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

- (i) **Comissão de Orçamento e Finanças (art. 63, RI);**

Por fim, sobrevivendo o respectivo parecer, seja encaminhada a proposição ao Plenário, nos termos do Art. 18 do Regimento Interno, para que:

- (i) **Presente a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal (Art. 29, LOM);**  
(ii) **Seja submetido ao quórum da maioria simples (§4º, do Art. 29, da LOM).**

**\* Documento encaminhado de maneira digital via SAPL\***



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272-1512 / (46) 3272-1537



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [analista@patobranco.pr.leg.br](mailto:analista@patobranco.pr.leg.br)

